

GARRETT, MACHADO DE ASSIS E AS OPÇÕES IMPOSSÍVEIS*

Helder Macedo

Não vou falar de influências, mas de convergências. É sabido que Machado de Assis admirava Almeida Garrett, e não tenho dúvida de que Garrett teria reconhecido em Machado o supremo mestre que o seu próprio gênio pioneiro ajudou a que pudesse haver na ficção de língua portuguesa. Mas Garrett não foi autor póstumo, como Brás Cubas, e morreu antes de poder saber que as flores que deixou sem grande fruto em Portugal pertenciam a uma espécie semelhante a outras flores que iriam frutificar magnificamente no clima brasileiro. E se houvesse céu para os artistas além daquele que conseguiam vislumbrar entre os abismos da vida, Garrett e Machado teriam talvez passado alguns intemporais momentos comparando notas sobre os diversos caminhos que os tornaram tão semelhantes na diferença.

Poderiam, por exemplo, contar como ambos aprenderam que restaurar o passado no presente é sempre um exercício em mortalidade, pois só o hábito externo se consegue restaurar e, quando finalmente se atam as duas pontas da vida, é só porque o Romeiro já chegou para impor o seu ninguém aos futuros bloqueados. No *Frei Luís de Sousa*, Garrett escreveu uma história de fantasmas conjurados por uma sebastiânica alma nacional. Mas o *Dom Casmurro* de Machado não é menos uma história de fantasmas, em que o tema comum da restauração — se não sebastiânica, equivalentemente faustiana — é também explorado para mostrar semelhantes devastações nos Alcáceres-Quibires das almas individuais.

(*) Texto apresentado no 4º Congresso da ABRALIC (Associação Brasileira de Literatura Comparada), São Paulo, USP, agosto de 1994.

Creio, no entanto — e já o sugeri noutro contexto — que as duas obras onde as diferentes visões dos dois autores mais se aproximam são as *Viagens na Minha Terra* e *Esau e Jacó*¹. Ao recordar agora alguns aspectos fundamentais das *Viagens na Minha Terra*, farei algum recurso a um artigo que sobre essa obra publiquei há já cerca de quinze anos.² Mas o que também vou dizer sobre *Esau e Jacó*, é, julgo eu, original como o pecado, e por isso necessita da generosa indulgência dos machadianos aqui presentes.

Logo nas primeiras páginas do seu “indescritível livro”, como lhe chama, Garrett previne o leitor das segundas intenções da factual memória descritiva que nele faz de uma breve viagem entre Lisboa e Santarém: “Esta minha obra é um símbolo... é um mito, palavra grega e de moda germânica, que se mete hoje em tudo e com que se explica tudo... quanto se não sabe explicar”. Transformado o acontecido em símbolo para explicar o inexplicável, e o símbolo em mito para universalizar o circunstancial, o leitor — com quem o autor vai manter um permanente diálogo — é convidado a participar na decifração dos sinais gnômicos de uma fatalidade transformada em significação. E duas páginas adiante Garrett reitera, pela ironia, a seriedade do seu propósito, ao mesmo tempo que esclarece um pouco mais a natureza do mito codificado no seu inexplicável símbolo: “Ora, nesta minha viagem Tejo-arriba está simbolizada a marcha do nosso progresso social: espero que o leitor entendesse agora. Tomarei cuidado de lho lembrar de vez em quando, porque receio muito que se esqueça”.

Ao afirmar o valor simbólico do livro, Garrett utiliza o pensamento dialético de Hegel — “um profundo e cavo filósofo de além-Reno” — para caracterizar os dois pólos dinâmicos do progresso social pessoalmente observados na sua viagem Tejo-arriba e historicamente manifestados nos ainda recentes conflitos entre absolutistas e liberais. São eles o “espiritualismo” e o “materialismo” ou, em pré-hegeliana transposição ibérica, D. Quixote e Sancho Pança. E o que o seu livro se propõe simbolicamente representar é, com a maior e mais ambiciosa gravidade, “a crônica do passado, a história do presente, o programa do futuro”. Mas é também a crônica desses mesmos dois princípios — espiritualismo e materialismo — os quais, como diz, “embora tão avessos, tão desencontrados, andam contudo juntos sempre; ora um mais atrás, ora outro mais adiante, empecendo-se muitas vezes, coadjuvando-se poucas, mas *progredindo* sempre”. Como, porém esta própria descrição da “marcha do progresso social” indica, Garrett está a caracterizá-la mais como uma alternância linear de opostos coexistentes do que como uma polarização dinâmica de opostos complementares. É, noutras palavras, uma dialética sem síntese — e em busca de uma síntese — entre duas forças geminadas que lutam uma contra a outra nos interstícios da História e cuja história se processa em sucessivas e recíprocas imagens de espelho, sem escolha possível entre elas. Como também não haveria escolha possível entre os simbólicos Pedro e Paulo na representação machadiana do conflito entre a monarquia e a república no Brasil, os gêmeos de *Esau e Jacó* que já lutavam antes de nascerem e que cresceram idênticos na sua inseparável oposição.

Ao longo da sua factual viagem Tejo-arriba Garrett foi comentando com o hipotético leitor a oposição Sancho-Quixote para explicar a situação cultural, política e social do Portugal seu contemporâneo nos termos paradoxais de uma grandeza espiritual passada ser representada pela degradação material presente e desta ser capaz de produzir a mais superior espiritualidade. O mesmo modelo também lhe serve para explicar a divisão do país na guerra civil que opusera ao materialismo do Antigo Regime os ideais do liberalismo. Mas o que fundamentalmente procura tornar claro é que cada termo da oposição contém já em si uma equivalente dicotomia. Assim — e é o exemplo que usa — o materialismo do Antigo Regime tinha como complemento antitético interno o espiritualismo dos frades; e o espiritualismo — ou idealismo — do Regime liberal produziu o materialismo dos seus sucedâneos, os corruptos barões. Os termos de cada antítese mantêm-se os mesmos, e apenas foram polarizados em ordem inversa numa nova antítese que os neutraliza resultando no que, em última análise, se pode semanticamente caracterizar como um quiasmo. Ou seja: em duas expressões simétricas e antitéticas que se contrabalançam pela sua repetição em ordem inversa. Como também é um quiasmo o modelo semântico que define a coexistência dos gêmeos Pedro e Paulo no romance de Machado.

Exceto que, na novela que Almeida Garrett incorpora nas *Viagens* como exemplo ficticiamente verdadeiro das suas veridades factuais, as funções equivalentes às dos gêmeos machadianos — o monárquico e o republicano — haviam sido preenchidas por pai e filho, Frei Dinis e Carlos, um absolutista e o outro liberal. Cada um deles é Quixote e Sancho Pança em fases diferentes das suas vidas. O absolutista Frei Dinis, que começara por ser “materialista” porque presa das paixões, espiritualizou-se através do remorso no frade austero em que veio a tornar-se; e o liberal Carlos, após ter lutado corajosamente pelos seus ideais, corrompeu-se e cedeu à matéria ao tornar-se barão. Assim, da mesma maneira que os erros do absolutismo levam à revolução liberal, assim também o produto do materialismo de Frei Dinis, manifesto nos seus amores pecaminosos, levou ao nascimento de Carlos, seu filho natural e seu inimigo. Mas como ambos contêm, nas diferentes fases das suas vidas e em ordem temporal inversa, os mesmos elementos antitéticos do outro, embora fundamentalmente semelhantes, não podem mais do que antagonizar-se: cada um deles está espiritualizado ou materializado na altura errada em relação ao outro. Contrabalançam-se, são espelhos, são imagens inversas um do outro. Como também são os gêmeos Pedro e Paulo em *Esau e Jacó*.

E se a obra de Garrett é um “símbolo” ou um “mito” para tentar explicar o que se não sabe explicar, a de Machado de Assis não o é menos. *Esau e Jacó* também encerra uma não-explicação simbólica que se torna transpostamente demonstrativa ao traduzir em vivência histórica as sibilinas prefigurações da cabocla do Castelo sobre as “coisas futuras” já latentes no conturbado ventre materno da emblemática Natividade. A qual, recorde-se de passagem, fora consultar a vidente acompanhada de uma irmã cujo nome, em irônica parelha que não deixa de ser significativa, era Perpétua.

Quando as latentes “coisas futuras” se tornam atuantes no conflito entre os idênticos apóstolos da monarquia e da república, a não menos emblemática Flora, que ama igualmente os dois gêmeos, é incapaz de escolher entre eles. A presença de um é, para Flora, o testemunho da ausência do outro, a falsa separação daquilo que só unificado pode existir. Forçada a escolher pela aparência circunstancial das suas diferentes identidades, Flora não consegue traír a essência da sua comum identidade e por isso morre de não poder escolher, como de uma doença. A doença era a escolha impossível entre as falsas antinomias que haviam dividido o ovo uno de que nasceram num conflito do eu consigo próprio. O amor núbil de Flora teria tido de reverter a divisão iniciada no ventre materno de Natividade. Mas, ao menos simbolicamente, a sua morte inútil preservou como que uma pré-lapsária integridade nos dois gêmeos.

Na novela de Garrett, é Carlos quem não consegue escolher entre duas jovens mulheres, Joaninha e Georgina, e esse é o primeiro passo para a sua corrupção. Elas, embora rivais pelo amor de Carlos, compreendem-se e respeitam-se. As duas representam a essência do bem inerente às sociedades tradicionais e às sociedades modernas — o Portugal rural e a mercantil Inglaterra —, aquilo que de positivo deveria ser preservado no Antigo Regime e assegurado no Regime Liberal. Carlos traiu as duas, levando uma à morte e a outra à reclusão, fazendo com que deixasse de haver lugar para elas, ou para os valores que representavam, no seu mundo materializado. Cometeu o crime supremo, que foi perder a sua capacidade de amar mesmo se o amor se manifestasse em conflito: engordou, enriqueceu, tornou-se barão. Frei Dinis, o pai materialista de Carlos, espiritualizara-se pela redenção do amor quando já era tarde demais; Carlos, o filho idealista de Frei Dinis, materializara-se pela degradação do amor quando ainda teria tido tempo. O impasse é total, o quiasmo é sem saída. Ou seria, como aliás também teria sido o sacrifício de Flora no romance de Machado se a sua morte tivesse representado a única saída do impossível dilema com que se vira confrontada. É que é, em reverso, o mesmo dilema que destruiu o garreteano Carlos. Mas tanto numa obra como na outra, a última palavra não pertence às personagens mas sim, com maior ou menor disfarce autobiográfico e máscaras autorais mais ou menos transparentes, aos seus criadores.

O fictício autor de *Esau e Jacó* é o Conselheiro Aires, e disso nos informa Machado de Assis numa Advertência preliminar em que também declara que o romance não é mais do que uma parte autônoma de um Memorial encontrado entre os papéis do Conselheiro depois de sua morte. Essa outra obra, de que *Esau e Jacó* teria feito parte, iria ser de fato a última publicada por Machado, poucos meses antes de morrer, com o título de *Memorial de Aires*. Não era novidade, para quem escrevera as *Memórias Póstumas* e o *Dom Casmurro*, ficcionar, como autores, personagens dos livros que escrevia como se delas fossem, sem que disso legitimamente se possa inferir qualquer identificação autobiográfica. O mesmo, no que respeita aos fatos da sua fictícia biografia, é verdade para o Conselheiro. Mas, no que respeita às essências, não há em toda

a obra de Machado outra personagem que mais fielmente represente as perspectivas autorais do seu criador. O Conselheiro Aires — neste livro de que nem sequer é o narrador subjetivo — será só transpostamente autobiográfico. Mas é assim que a verdade autobiográfica tem de ser, para poder ser verdadeira. É em todo o caso digno de nota que a ficção de *Esau e Jacó* tenha sido concebida como parte de uma mais ampla estrutura memorialista, tal como também acontece com a novela inserida nas *Viagens* de Garrett. Só que, tratando-se de Machado — nunca adepto das soluções mais evidentes — era parte de um livro que ainda não existia.

É portanto apenas enquanto personagem de *Esau e Jacó* que, até mais tarde, se pode falar do Conselheiro Aires. E, no contexto desse romance de que é o pseudo-autor, o seu nome adquire um valor emblemático complementar ao da ambiciosa Natividade, em cujo útero os gêmeos foram gerados já em luta um contra o outro, ou da infecundada Flora, que os desejou reunificados na impossível Primavera do seu amor por ambos. O Conselheiro é o complemento sábio de ambas as mulheres, a reconciliação espiritual, nos ares mais rarefeitos da sua impessoal distância filosófica, da falsa polarização que a mãe gerara nos dois gêmeos e que a noiva potencial dos dois acabou por transformar numa auto-aniquiladora divisão de si própria. Aires, pelo contrário, é o mestre da concordância entre opostos mutuamente exclusivos, aquele que sabe aceitar as razões antagônicas dos outros sem comprometer a sua própria razão independente, o supremo estilista da reconciliação que é capaz de modificar a meio o sentido de uma frase para que ela passe a significar o oposto consoante a reação que antecipa no seu interlocutor, negociando com o mundo as superficialidades irrelevantes em troca das essências imutáveis. E é bem por saber tudo isso que um dia declarou, sorrindo leve e falando baixo, que “o amor, que é a primeira das artes da paz, pode dizer-se que é um duelo, não de morte, mas de vida”. Mas sorria e falou baixo, e ninguém o entendeu.

O personagem equivalente ao Conselheiro Aires, nas *Viagens na Minha Terra*, é o próprio autor assumido como tal, o Almeida Garrett que se dissocia do seu alter-ego parcialmente autobiográfico, Carlos, porque este traiu os ideais que também foram seus para os transformar numa degradação que recusa partilhar. E, no momento mais original e mais arrojadamente inovador dessa obra tão cheia de inovadoras originalidades, o autor Almeida Garrett dialoga com o pai fictício do semi-autobiográfico Carlos para concluir, em unísono com ele, que “absolutistas e liberais... errámos ambos”.

Frei Dinis já havia aprendido a lição da História, que Carlos não aprendera, mas que Garrett tornou evidente na significação simbólica da sua viagem. Como um duplo da sua personagem autobiográfica — o Carlos que também tivesse aprendido — pôde assim assumir a porção da culpa que lhe cabe, para que a reconciliação dialética de opostos finalmente venha a ser possível. É como se o Conselheiro Aires, no romance de Machado, dialogasse consigo próprio para encontrar na diferença — e não na semelhança, como a sacrificial Flora — a reconciliação possível entre os antagonismos irreduzíveis simboli-

zados em Pedro e Paulo. Mas não é isso afinal precisamente o que ele faz, ao longo de todo o livro?

O que é certo, em todo o caso, é que ambos os autores, mesmo se disfarçados nas suas personagens, apontam para a mesma lição universal da História nas correspondentes crises nacionais da transição do absolutismo para o liberalismo, em Portugal, e da monarquia para a república, no Brasil. A lição, julgo eu, é que todos os quiasmos da História são falsos dilemas, para os quais pode sempre ser encontrada uma síntese reconciliadora. E o corolário dessa lição, julgo também, é que para que possa haver futuro é sempre necessário cultivar a primeira arte da paz, o amor, num duelo não de morte mas de vida, como Almeida Garrett exuberantemente exemplificou, e Machado de Assis, pela voz do Conselheiro Aires, mais discretamente demonstrou, sorrindo leve e falando baixo.

Notas

1. Helder Macedo; "Machado de Assis: entre o lusco e o fusco"; *Colóquio-Letras*, 121/122, Lisboa, 1991.
2. Helder Macedo; "As viagens na Minha Terra e a Menina dos Rouxinóis"; *Colóquio-Letras*, 51, Lisboa, 1979.